



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

### PROPOSTA DE DECISÃO FINAL

A presente proposta de decisão final reporta-se ao enquadramento fático e normativo da conduta adotada pelo atleta [REDACTED] doravante identificado como arguido, tendo registo de licença federativa sob o número [REDACTED], emanada pela Federação Portuguesa de Canoagem, adiante denominada como FPC.

O procedimento disciplinar propulsor dos autos e a estes subjacente foi aberto em 16 de maio do ano em curso, na esteira da remessa ao Presidente da FPC, em 4 de maio do mesmo ano, de notificação rececionada pela Federação em 3 de maio, promanada da Autoridade Antidopagem de Portugal, adiante mencionada como ADP.

A reprodução dos três inadimplementos ao Sistema de Informação sobre a Localização dos Praticantes Desportivos, doravante designado como SILPD, foi concluída ao Instrutor dos autos disciplinares em 5 de junho pretérito.

Com esteio e fundamento no disposto no número 2 do artigo 7º do Regulamento Disciplinar da FPC, o atleta arguido foi notificado, na designada qualidade e com o estatuto processual inerente, da abertura dos autos disciplinares por via de mensagem de correio eletrónico, com o legal e regulamentar formalismo, em 9 de junho passado.

Ademais, rececionou na morada contemplada nos ficheiros administrativos da FPC a respetiva nota de culpa, peça processual a que alude o registo de recebimento datado de 23 de junho do ano presente.

1  
[Handwritten signature]



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Da nota de culpa deduzida consta a acusação lavrada contra o atleta aqui arguido, importando sublinhar que o arguido não logrou formular e enviar qualquer resposta à predita nota, na esteira, aliás, do que já havia tido lugar, em termos sucessivos, com as notificações referentes ao incumprimento dimanadas pela ADOP e que esta havia remetido ao infrator.

Da nota de culpa, assente na factualidade típica, emerge a prática circunstanciada e caracterizada de infração disciplinar prevista e punida segundo a Lei n.º 38/2012, alterada e republicada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de agosto.

O relatório final de instrução dos autos disciplinares em apreciação foi concluso pelo Senhor Instrutor em 20 de julho do ano em curso e remetido ao Senhor Presidente do Conselho de Disciplina da FPC por ofício datado de 24 de julho.

Em face da matéria apurada no processo não se vislumbram como úteis, pertinentes ou relevantes, quaisquer diligências investigativas de índole probatória necessárias e adequadas à descoberta da verdade material, nem se deteta terem sido as aludidas iniciativas instrutórias preteridas ou afastadas na fase processual própria e antecedente.

Inexistem, outrossim, exceções, nulidades processuais, questões prévias por dilucidar ou quaisquer outras causas ou condições que obstem ao normal prosseguimento dos autos e à prolação da decisão final.

Destarte, tudo visto e ponderado, cumpre apreciar e dar destino.

✓  
[Handwritten signature]



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

### **I- Factos Provados**

- 1º. O Infrator é portador da licença federativa n.º [REDACTED] da FPC;
- 2º. O arguido sabe que, nessa condição e com tal qualidade, está adstrito ao cumprimento da legislação desportiva e das normas federativas vigentes e aplicáveis, adentro do quadro jurídico conformador a que sua atividade, como praticante desportivo, se subsume;
- 3º. Nesta sede, cumpre sublimar, pela sua relevância, o Regulamento Disciplinar da FPC e o Regulamento Anti-Dopagem da mesma Federação Desportiva;
- 4º. E, também se salienta, no âmbito em apreço, a Lei Antidopagem no Desporto, na sua versão datada de Agosto de 2015;
- 5º. A FPC recebeu no pretérito dia 3 de maio uma notificação da ADOP, na perspetiva do impulso e abertura do procedimento disciplinar em apreço;
- 6º. A supra aludida notificação integra reprodução dos procedimentos instaurados ao arguido, na sequência de três inadimplementos ao SILPD;
- 7º. O primeiro incumprimento reporta-se ao segundo trimestre de 2016; o segundo incumprimento refere-se ao terceiro trimestre de 2016; e o terceiro incumprimento é atinente ao quarto trimestre de 2016;
- 8º. Entre o dia 14 de junho de 2016 e o dia 20 de dezembro de 2016, o atleta arguido foi sucessivamente notificado pelos serviços competentes da ADOP em ordem a pronunciar-se sobre os inadimplementos verificados e ocorridos;
- 9º. O arguido nada respondeu e nunca respondeu, atuando omissivamente;



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

10º. O atleta arguido não compareceu a reunião nas instalações federativas para a qual foi notificado, com estribo e amparo no número 5 do artigo 7º da Portaria n.º 11/2013, de 11 de janeiro;

11º. O arguido integra o grupo alvo de praticantes desportivos a submeter a controlos de dopagem fora do quadro e do âmbito competitivo;

12º. Bem sabia e sabe o arguido que deve facultar, com periodicidade trimestral, informação precisa e atualizada sobre a sua concreta localização;

13º. Nos períodos temporais acima referenciados, o arguido não o fez;

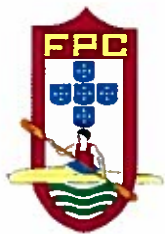
14º. Agindo por omissão, e não tendo prestado qualquer informação ou apresentado qualquer justificação sólida, consistente, razoável, objetiva, adequada e válida para o efeito;

15º. A conduta do arguido é manifestamente silente, revelando total alheamento e desinteresse pelos factos e respetivo enquadramento normativo;

**Nada mais resultou provado e o que se mostra probatoriamente demonstrado já é muito, convencendo e persuadindo pela prática do ilícito e pela culpabilidade do atleta arguido.**

### **II- FUNDAMENTAÇÃO**

Ora, compulsados os autos, verificada e analisada a factualidade típica que constitui o seu objeto e valorada a prova produzida, constata-se que o arguido incumpriu, por três vezes, o dever previsto no sistema de localização em apreço, sendo certo que os inadimplementos em causa ocorreram num período de doze meses consecutivos.



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

A ação causal do atleta arguido consubstancia a violação do dever de informação tipificado no número 1 do artigo 7º da Portaria n.º 11/2013, de 11 de janeiro, constituindo infração contraordenacional prevista e punida segundo os artigos 3º, n.º 2, alínea f), 56º, n.º 1, e 63º, n.º 2, todos da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de agosto.

**A sanção aplicável, emergente da estatuição contraordenacional, é de um a dois anos de suspensão.**

Ademais, cumpre mencionar que, com a sua conduta, o arguido revelou grave desinteresse e grave desrespeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis e a cujo estrito e rigoroso cumprimento se mostra adstrito.

O comportamento do arguido preenche e concretiza o âmbito de aplicação normativo dos artigos 5º, n.º 2, alínea f), 12º, 14º, e 28º, todos do Regulamento Anti-Dopagem da FPC.

**O arguido agiu com dolo pois que bem conhecia e sabia que a sua conduta lhe não era permitida pelo ordenamento jurídico.**

**A atuação do arguido é grave e censurável em termos substanciais.**

**A sanção disciplinar a aplicar atenderá à gravidade dos factos, conforme o estabelecido no artigo 10º.1- n.º 3 do Código de Conduta dos Praticantes, contemplado no Anexo I ao Regulamento Disciplinar da FPC.**



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

### **III – Proposta final de decisão punitiva do infrator**

Em face de todo o supra exposto, analisada toda a factualidade típica que constitui o presente processo disciplinar, examinada criticamente a prova produzida, e subsumidos que foram os factos apurados ao Direito aplicável, considerando- se que é grave a infração disciplinar em apreço e que é culposo e censurável o comportamento do atleta infrator, propõe-se, nos termos e para os efeitos do disposto nos pontos 9.1 e 9.2 do ponto 9 do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem, que o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem determine a aplicação ao atleta infrator [REDACTED] da sanção disciplinar de **SUSPENSÃO POR DOIS ANOS**, conforme o disposto, ao abrigo e para os efeitos do estabelecido nos artigos 3º, n.º 2, alínea f), 56º, n.º 1, e 63º, n.º 2, todos da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de agosto.

Vila Franca de Xira, 2 de agosto 2017

O vogal relator,



Renato Gonçalves

